



Identidade Lésbica Diversa e Relacional:

As Multiplicidades das Existências e as Várias Formas de Resistir

Diana Raffaella Kalazans Ribeiro¹

Resumo: A compreensão das identidades lésbicas passa pelo entendimento de que estas são plurais. Imputar uma categorização e uma circunscrição muito marcadas não é um caminho viável para o enfrentamento das opressões vigentes que são múltiplas. O objetivo do texto é construir um caminho conectivo através das formulações e pensamentos de algumas autoras lésbicas, construindo uma reflexão capaz de perpassar as experiências possíveis. Também pensar nas possibilidades de enfrentamento e resistência encontradas por essas autoras em suas teorizações. Utilizando sua própria existência a autora localiza-se no texto com a finalidade de exemplificar essa pluralidade e colocar-se diretamente como sujeita dessa reflexão.

Palavras-chave: identidade lésbica; resistência; pluralidade.

Diverse and Relational Lesbian Identity:

The Multiplicities of the Existences and the Various Ways to Resist

Abstract: Understanding lesbian identities involves understanding that they are plural. Imputing a very marked categorization and circumscription is not a viable way to face the current oppressions that are multiple. The objective of the text is to build a connective path through the formulations and thoughts of some lesbian authors, building a reflection capable of permeating possible experiences. Also think about the possibilities of confrontation and resistance found by these authors in their theorizations. Using her own existence, the author is located in the text with the purpose of exemplifying this plurality and placing herself directly as the subject of this reflection.

Keywords: Lesbian identity; Resistance; Plurality.

Audre Lorde (1984) percebeu em seus estudos, que um caminho possível de articulação e de luta por direitos e igualdade para as mulheres lésbicas é a construção de pontes. Construção essa, no sentido de união, de agregar as lutas em prol de uma conquista em comum. Seguramente, Lorde já havia percebido a extensa pluralidade de existências no que circunscreve-se pela palavra lésbica, como se fosse uma identidade una e universal. E conhecendo essa diversidade e inúmeras demandas características dessas pertencas, ela

¹ Graduanda em Ciências Sociais com Formação Transversal em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: dianarkr@hotmail.com.



entendeu que a união das diversidades seria sim, o caminho mais efetivo de luta. Várias autoras, assim como Audre Lorde, utilizaram de diversos conceitos e trajetórias de raciocínio diferentes que culminaram em conclusões similares – que explicitam a multiplicidade, mas evidenciam a necessidade da união como forma de resistir ao sistema imputado. Esta reflexão passa pelo pensamento e produção teórica de algumas dessas autoras estabelecendo um diálogo entre elas e, algumas experiências vivenciadas que coadunam com esses pensamentos.

Ainda em Lorde (1984) e, compreendendo na prática suas colocações, principalmente quando ela diz: “Eu sou definida como o outro em cada grupo que eu faço parte”. Se faz necessário para a continuidade deste texto, que a autora que vos escreve, se localize.

Assim, para efeito de localizar-me nesta produção: Sou uma mulher cis, lésbica e mãe. E pode-se dizer que também sou aquela, que é sempre “a outra” em quaisquer dos locais que frequente. A questão racial também perpassa minha existência: sou fruto de uma relação inter-racial entre um homem negro e uma mulher branca. E essa miscigenação resultou em uma mulher de pele clara, cabelos cacheados e traços negros. Mas indubitavelmente desfruto dos privilégios da pele clara, porém não sinto pertença na cultura caucasiana. Todos esses fatores acima citados, postos em relação na minha existência, acionam o que Lorde formulou em sua colocação. Sobre sentir-se a outra quando inserida em um movimento de luta, por uma especificidade. Nesse sentido, o entendimento de uma pluralidade da identidade lésbica é extremamente necessário para que a sensação de pertença seja, por mim percebida.

A compreensão de Glória Anzaldúa (2005) aproxima-se dessa reflexão de multiplicidade, pois em seus escritos ela se dedica a explicar uma consciência híbrida – mesclada, que é maleável e está em constante formação e sob influência de diversos vetores culturais e sociais, a qual nomeia de “la mestiza”. Essa consciência é uma forma de pertença, de uma identidade lésbica plural, tropical – geograficamente – e colonizada. E talvez essa forma de pertença seja a que possa me abarcar com maior circunscrição.

Glória Anzaldúa (2005), explicitando la mestiza como um produto de transferência de valores culturais e espirituais que parte de um determinado grupo para outro e que está em constante transição. Este ser/sujeito (la mestiza) - apresentado pela autora, se depara com dilemas das raças híbridas e portanto, uma pertença localizada. E uma identidade marcada por categorizações já definidas a priori, não dá conta de explicar essa multiplicidade, por essa razão tem-se que desmontar a dualidade sujeito-objeto, transcende-la.

Ou este ser/sujeito, explicitado por Anzaldúa (2005), permanece flutuante entre as categorizações aprisionantes já existentes, ou faz o movimento de afastar-se definitivamente de



padrões objetivos estabelecidos em prol de uma perspectiva mais ampla que priorize incluir em vez de excluir. Nesse sentido, novamente a construção de pontes vislumbrada por Lorde (1984), se faz presente de forma implícita na fala de Anzaldúa (2005). Que também traz estratégias para abarcar identidades não contempladas em sua totalidade, por divisões pré-estabelecidas. Essa é uma perspectiva mais ampla de visão, que volta o olhar para os diversos marcadores – raciais, culturais, geográficos, de gênero e etc. – implicados em uma existência, levando em conta todas as peculiaridades as quais passa a experiência do sujeito. Esse caminho reflexivo, talvez possa parecer um caminho individualizante, mas o objetivo não é de individualizar as identidades e sim explicar sua conformação. Para que resistência à opressão e o caminho de luta em prol da igualdade seja efetivo.

As imposições culturais e sistemáticas postas na sociedade, são de ordem conformadora e colonizadora, voltar o olhar para essas influências deterministas que atravessam as identidades lésbicas brasileiras – de uma cultura exploratória, branca, masculina – é extremamente importante e ajuda a compreender a relação de opressão estabelecida.

Os sujeitos são multifatoriais e nesse sentido, a teoria formulada por Maria Luiza Heilborn (1996), dá conta de explicar como estes sujeitos são constituídos a partir de uma série de marcas sociais e signos que os posicionam em um determinado mundo social. A autora nomeia essa composição de “identidade social”. Também explicita a modelação da pessoa em três importantes dimensões: i) a existência de um elenco de atributos e fatos que constituem classificatoriamente os sujeitos; ii) o modo como esse elenco de atributos e traços se inserem no campo de significações sociais em que outros eixos classificatórios estão presentes e; iii) a expressão dessas marcas e traços mediante determinados valores, corporificando-se em significados que articulam a imagem de si e a relação com o outro, na vida social.

O avanço de Heilborn (1996) expõe a forma com que as marcas e signos são postos em relação no mundo social dos sujeitos e contribuem tanto para o entendimento de si como quanto para articular relações com os outros. As identidades sociais submetem-se à constantes significações e negociações no sistema social e são uma moldura possível, dentro desse sistema, onde os sujeitos podem existir e se expressar. Os sujeitos reagem a possibilidades disponíveis no meio e optam.

Nesse sentido, identificar os processos pelos quais as identidades constituem-se na cultura, é uma forma de tornar inteligíveis os elementos que perpassam as experiências e, compreender sua conformação. Aqui germina a compreensão da teoria da interseccionalidade tão utilizada na contemporaneidade. Também conversa com as teorias de Lorde (1984) e Anzaldúa (2005),



que primam por uma perspectiva mais abrangente e relacional dos sujeitos, para além de uma circunscrição identitária fechada. Minha existência concorda e se relaciona com essas perspectivas. Compreendo que as identidades lésbicas, transcendem a orientação sexual, não se pode levar em conta apenas esse marcador para categorizar quando um conjunto de outros valores, contextos e signos são postos em relação para constituir as experiências dessas sujeitas.

Uma diversidade de atravessamentos – raciais, culturais, sexuais, econômicos e de gênero – constituem as identidades lésbicas tornando a pluralidade muito mais cabível do que qualquer outro tipo de segmentação ou categorização muito fechada, o que a torna excludente. Ser mulher cis, não branca, lésbica e mãe – que é o meu caso – implica em um conjunto de elementos que constituem significantes. Que quando postos em relação a determinados contextos sociais disponíveis e, com outros indivíduos dispostos no meio, produzem outras relações. As articulações e negociações se dão o tempo todo e impulsionam esses elementos, corporificando-os e tornando-os significantes dessa sujeita – que aqui vos escreve, constituintes de sua identidade. Seja ela “a possível” ou “a inventada” ou um constructo das duas. Pois não se sabe o quão se pode optar ou ser inventiva dentro de um sistema já estabelecido, se os elementos disponíveis e não disponíveis estão colocados num campo do não pensado ainda/da liberdade plena, ou se já são previsíveis do sistema. Mas independentemente dessa liberdade de escolha de elementos e significantes, uma perspectiva que dê conta de olhar, explicitar e compreender os atravessamentos implicados nessa constituição de uma identidade social – sobretudo nessa reflexão sobre as identidades lésbicas – é imprescindível para estabelecer táticas de enfrentamento à dominação vigente.

Segundo Monique Wittig (2012), “ser lésbica é um ato político”. E essa contribuição dela, significa muito para o avanço sobre o pensamento das identidades lésbicas. Pois estas estão além das relações afetivosexuais, como era imputado pelas categorizações estabelecidas. Através de uma de suas provocações que dizia: “as lésbicas não são mulheres”, Wittig (2012), explicita o fato de não ser mulher como uma forma de escapar das relações de poder da sociedade patriarcal, das relações heterocentradas de forma compulsória e subalternizada. A autora faz uma virada importante para efeito de compreensão e inclusão das identidades lésbicas possíveis, pois as retira da caixa fechada do verbete determinista, de ser o sinônimo de relações afetivosexuais entre mulheres.

Monique Wittig (2012) tira o conceito limitador e traz um elemento importantíssimo para compreensão das identidades lésbicas: o encontro entre mulheres que se autoreconhecem lésbicas. Esse encontro que é potente, político, empodera e não apenas as práticas sexuais. É



ele que une essas mulheres que não dependem de homens nem afetiva, nem economicamente, que estão dissociadas das relações de conjugalidade heteronormativa tradicional. A união dessas sujeitas é poderosa pois se constitui fora do eixo do sistema de dominação patriarcal.

Wittig (2012) demonstra que autodenominar-se lésbica, não é apenas circunscrever-se entre mulheres que tem práticas sexuais com outras mulheres, é transgredir de forma poderosa os processos de dominação existentes no sistema social. É estar à margem de um sistema de poder que compulsoriamente manipula indivíduos e conforma suas escolhas. Agregar as identidades lésbicas a uma identidade homossexual – de praticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo – não dá conta de explicar, pois o homem homossexual não conseguiu desvencilhar-se das estruturas de poder nas quais são produzidos e continuam desfrutando dos privilégios existentes por serem homens em uma sociedade patriarcal. E coaduno com o pensamento que a identidade lésbica subverte a norma em suas diversas esferas de poder, sobretudo as latino-americanas. Essas identidades contrapõem ao patriarcado, à heterossexualidade compulsória, à dominação, ao racismo e à colonização.

A compreensão de Wittig (2012), de que não se pode cair na armadilha da admissibilidade de uma natureza classificatória dada a priori, é extremamente importante para tornarem relevantes os contextos culturais existentes. Não naturalizar e biologizar a história atuando no reforço da norma imposta. Nesse sentido, dentro das categorizações normativas e binaristas – lendo “homem” e “mulher” assumidos como categorias políticas e econômicas – a lésbica não é mulher economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente. A identidade lésbica atua tangenciando essa esfera normativa, desse sistema de opressão. A identidade lésbica é extremamente subversiva e potente pois escapa e rejeita essa sistematização.

Enxergar a heterossexualidade como mais uma instituição política que objetiva retirar poder das sujeitas categorizadas como mulheres, é identificar mais um elemento de opressão dentro de um constructo de elementos de cerceamento que atravessam e constituem a pluralidade das identidades lésbicas. Adrienne Rich (2010), traz em seus escritos, a explicitação e análise da heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Ela propõe a ideia da instituição da heterossexualidade, além de desafiar o apagamento da existência lésbica no movimento feminista. Dessa forma, Rich (2010) repensa a forma que as relações de gênero são postas na sociedade, tanto através do apagamento histórico das existências lésbicas, quanto na reverberação e essencialização da heterossexualidade, inviabilizando possibilidades diversas e atuando no apontamento de um único caminho possível de experimentação. Ela apresenta também o conceito de “continuum lésbico”, que um conjunto de experiências de identificação

da mulher, não apenas o fato da experiência sexual e genital, ampliando assim as possibilidades de sujeito.

O reforço da heterossexualidade nas mulheres, assegura aos homens o direito ao acesso físico, econômico e emocional a elas, garante a dominação e invisibiliza as identidades lésbicas possíveis. A heterossexualidade compulsória é uma instituição tática de dominação. É um sistema opressor, capitalista e machista, que é mantido por uma variabilidade de forças que incluem desde a violência, até a falsa consciência. A identidade lésbica, questiona esse sistema e traz importantes recompensas, como: a exploração de novos caminhos, a libertação do pensamento e a clareza nas relações interpessoais.

Nesse sentido, Rich (2010) contribui expondo que a existência lésbica constitui na ruptura de um tabu, rejeitando um modo compulsório de vida e apresentando novas possibilidades. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de acesso às mulheres. É uma recusa ao patriarcado e uma tática de resistência. Logo, uma maternidade lésbica, em um contexto social que serve ao modelo patriarcal é subversiva. Foge da dicotomia dominação/subalternidade, colocada pela heterossexualidade compulsória, rompe o heterocentrismo e a família nuclear naturalizada biologicamente. A lésbica mãe (trazendo a correlação à minha experiência), é lida como uma ameaça. Pois esta rejeita o sistema social vigente e coloca em cheque as postulações historicamente concebidas e relegadas ao âmbito da naturalidade. A visibilidade da identidade lésbica perpassada pela maternidade é potente pois explicita a incoerência do sistema, expõe a culturalização da biologia/natureza.

A politização da existência, visibilizar-se, é uma tática poderosa de resistência para as identidades lésbicas. Ainda que agregadas enquanto movimento, expor a pluralidade das possibilidades de existência, é um elemento importante de luta, contesta a ordem vigente. Jules Falquet (2012) traz ao campo do pensamento lésbico uma poderosa contribuição em termos de confronto ao sistema, formulando que há uma urgência em compreender e transformar a realidade e, que para tal não se pode descartar a herança das lutas radicais. Existem pistas imbricadas nessas lutas a serem analisadas, que explicitam elementos importantes no sistema opressor como classe, raça e sexo.

Construindo o termo: “combinatória straight” Falquet (2012) faz o movimento de intercambiar as análises feministas e lésbicas, com as teorias críticas do racismo e do neocolonialismo. A combinatória straight é um conjunto de instituições e regras que organizam de forma central a dinâmica das alianças em função de lógicas simultâneas de sexo, raça e classe. A partir dessa nova ferramenta de análise, é possível realizar uma reflexão mais



completa e complexificada que dê conta – através de outros conceitos que ela cria – explicar as várias frentes do sistema de opressão e como ele atua de forma capilarizada. Dessa forma pode-se vislumbrar estratégias de abolição simultânea do conjunto das relações de poder que sustentam essas formas (de caráter combinatório) de opressão. Analisar as identidades lésbicas sob o viés da combinatória straight, é uma maneira de aplicar a interseccionalidade e verificar as diversas perspectivas e marcadores existentes na experiência, para traçar um caminho possível de luta. É levar em conta todos os elementos que constituem as sujeitas, entendê-las como plurais e constituídas por um sistema de opressão imbricado de fatores, também é situar essa experiência, levar em conta sexo, raça e classe, todos postos em relação, assumir essa articulação em prol da conformação das identidades para então conseguir desmantela-la.

Essa combinatória straight demonstra que o caráter relacional do sistema opressor é algo palpável, tangível na pele de quem já experienciou as micro e macro fissuras de violência. Não é efetivo combater um macro sistema, uma instituição única e totalitarista de poder sem combater todas as outras que se articulam conjuntamente em prol da dominação.

Uma forma sintética de compreensão a respeito desses elementos que de forma associativa constituem relações de poder e dominação, está na sistematização construída por Paola Bacchetta (2009), em sua teoria ela construiu os conceitos de “co-formação” e “co-produção”, que compreendem sobre as múltiplas relações de poder existentes e como elas operam. A co-formação propõe o entendimento das formações de poder co-constituídas, inseparáveis, ou seja, o gênero como sendo constituído de múltiplas relações que compreendem sexualidade e raça, por exemplo. Já a co-produção se refere à cristalização do poder que se estende por outras temporalidades e espacialidades, não se resumindo assim a um período específico, se desdobra em outras realidades, ao exemplo, temos o capitalismo e o colonialismo/neocolonialismo.

Com essa sintetização precisa de Bacchetta (2009) é possível refletir o quanto imprescindível é, a compreensão da pluralidade das identidades, sobretudo a identidade lésbica pautada aqui. As relações de poder e dominação são constituídas de forma múltipla e atuam de maneira a se retroalimentarem, sendo assim impossíveis de combater através da escolha de uma única vertente de enfrentamento. As identidades lésbicas são plurais, pois são constituídas por atravessamentos diversos, são interseccionais, as experiências são transpassadas por uma capilaridade de relações de opressão que subalternizam e objetivam conformar, dominar, paralisar. Nesse sentido entender os processos de co-formação e co-produção, são fundamentais para compreender as relações de poder e fraturar de forma efetiva, o sistema.



A estratégia possível de enfrentamento do poder – que não é apenas macro constituído, mas micro e relacional – está, como Lorde (1984) já havia dito, na construção de pontes. É preciso ter uma estratégia que avance pautando a identidade, mas que também seja capaz de recuar-se de sua subjetividade em prol do grupo de lutas constituído. De buscar demandas no macro e também no micro. Vocalizar as pautas estrategicamente e fortificar-se perante um sistema tão ordenado, complexo e municiado de tantos elementos colocados em relação para manutenção das opressões e do poder. Atuando tanto nas esferas do cotidiano de maneira invisível, quanto nas mais abrangentes e cristalizadas formas. O caminho da emancipação das identidades lésbicas é a pluralidade das existências é visibilizar-se e unir-se para o enfrentamento atuando nas mais diversas frentes de resistência. E atuar de maneira que seja possível uma circunscrição de toda a pluralidade das subjetividades e a unidade dos sujeitos em um movimento mais abrangente de enfrentamento.

Referências

- BACCHETTA, Paola. **Co-formações/co-produções: considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistências.** In: Leituras de resistência: corpo, violência e poder, v.1. Carmen Suzana Tornquist... [et al]. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.
- FALQUET, Jules. **Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política.** Cadernos de Crítica Feminista, ano VI, N. 5 dezembro, 2012. Disponível em: <<https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabuda-heterossexualidade.pdf>>. Acesso em novembro de 2018
- LORDE, Audre. **Textos escolhidos de Audre Lorde.** Difusão Herética: edições lesbofeministas independentes. Disponível em: <difusionfeminista@riseup.net; difusionfeminista.wordpress.com> Acesso em novembro de 2018
- RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, p. 17-44.
- WITTIG, Monique. **Ninguém nasce mulher.** Trad. Hurrah, um grupelho eco-anarquista e Coletivo Bonnot, Departamento de Terrorismo Performático de Gênero, 2012, p.1-20

Recebido em: 01/12/2019

Aceito em: 10/01/2020